

ATA DA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-5-2017.

---

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e doze minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos e foi iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Cláudio Janta, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Wambert e Sofia Cavedon. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 266/16 (Processo nº 2606/16). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 170/16 (Processo nº 1728/16), por trinta votos SIM, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa e Professor Wambert, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/16 (Processo nº 2039/16), em sua parte vetada, por seis votos SIM e vinte e dois votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Parcial oposto, após ser discutido por Cassio Trogildo e Adeli Sell, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi e Roberto Robaina e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Durante a apreciação dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 170 e 210/16, Cassio Trogildo afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, por uma sessão,

da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 288/16 (Processo nº 2821/16). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 219/16 (Processo nº 2169/16), por vinte e oito votos SIM, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por José Freitas e Adeli Sell, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert, Roberto Robaina, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/13 (Processo nº 1705/13), por dez votos SIM e dezesseis votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Total oposto, após ser discutido por Mônica Leal, Valter Nagelstein e Adeli Sell, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra e votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Tóvi, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 001/17 (Processo nº 0608/17). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 009/17 (Processo nº 0870/17). A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cassio Trogildo. Em Votação Nominal, 1º Turno, foi aprovado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/17 (Processo nº 0869/17), por vinte e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão, 2ª Sessão, esteve o Projeto de Resolução nº 003/17 (Processo nº 0637/17). Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 242/15 (Processo nº 2452/15). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 242/15, por sete votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mendes

Ribeiro e Professor Tóvi. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 242/15. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/12 (Processo nº 0585/12), o qual teve sua discussão adiada por quatro sessões, a Requerimento, aprovado, de autoria de Idenir Cecchim. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/13 (Processo nº 1578/13), por dezessete votos SIM, onze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser discutido por Adeli Sell, Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Idenir Cecchim, Rodrigo Maroni, Prof. Alex Fraga, André Carús, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell e João Bosco Vaz, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra, votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Professor Tóvi. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/13, Aldacir Oliboni cedeu seu tempo de discussão a Adeli Sell. Na oportunidade, foi apregoado documento assinado por Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Professor Wambert e Rodrigo Maroni, respectivamente Líderes das Bancadas do PMDB, PDT, PROS e PR, comunicando o desfazimento do bloco partidário composto por essas bancadas. Durante a Sessão, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença, neste Plenário, de João Derly, deputado federal. Às dezessete horas e quarenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, João Carlos Nedel e Valter Nagelstein e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h12min):** Passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 266/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLCL nº 018/13, com Veto

Total, seja discutido e votado após o PLL nº 219/16, com Veto Total. Após retornarmos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que algum membro da Mesa assuma a presidência, já que o próximo projeto é de minha autoria.

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1728/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 170/16**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que estabelece a criação de bolsões de proteção para motocicletas nas vias providas de semáforo no Município de Porto Alegre.

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela rejeição do Veto Total.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

**Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 03-05-17 (quarta-feira).

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** Em discussão o PLL nº 170/16, com Veto Total.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 170/16, com Veto Total.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para a discussão, então, do Veto Total ao projeto que estabelece a criação de bolsões de proteção para motocicletas e bicicletas nas vias providas de semáforo no Município de Porto Alegre. Eu sou daqueles que entende que

na votação do projeto trata-se sempre do mérito do projeto; e quando está se avaliando o veto, Ver. Paulinho Motorista, trata-se das razões do veto. Quero dizer que tive uma reunião na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre quando dois projetos de nossa autoria, Ver. Bosco, foram aprovados nesta Casa no início do ano: um é esse projeto que estabelece os bolsões, o outro é o projeto que estabelece as hortas comunitárias. Fiz uma reunião com o Procurador-Geral, inclusive com a presença do Secretário Adjunto de Relações Institucionais, quando, em relação aos dois projetos, em relação às hortas comunitárias, Ver. Roberto Robaina, a Procuradoria colocou que tinha uma parte que gerava obrigação para o Município, que seria vetado parcialmente, que seria regulado por decreto – é o próximo veto que nós vamos tratar. Eu, prontamente, acatei, sem dificuldade nenhuma.

Em relação a este projeto, que trata dos bolsões – nós, inclusive, por sugestão da EPTC, Ver. Cassiá Carpes, colocamos que quem fará a avaliação será o órgão técnico, Ver. Felipe Camozzato, portanto, só será implantado algum bolsão, Ver. José Freitas, se a EPTC assim o quiser, e que não haveria vício de origem –, não me foi colocada nenhuma possibilidade de veto. Eu fiquei muito tranquilo. Não esperando, recebi o veto total. Registrei com o Procurador-Geral do Município, numa reunião que tivemos com o Prefeito, que eu não entendia as razões do veto. Inclusive, a nossa Procuradoria da Câmara, desde o início, entendeu que não havia vício de origem. Nas razões do veto, por parte do Município, Ver. Alvoni Medina – nosso aniversariante do dia! –, inclusive, são citadas, Ver.<sup>a</sup> Nádia, jurisprudências ultrapassadas, Ver. Matheus, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro, em 2015, foi alterado, passando para os Municípios atribuições que, até então, não eram do Município, como a sinalização, que é o caso deste projeto.

Recentemente, derrubamos outro veto aqui, de um projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, que era uma situação muitíssimo semelhante. Então tem jurisprudências aqui anotadas, do Tribunal Superior, de 2013, de 2014, quando essa atribuição ainda não tinha sido alterada no Código de Trânsito Brasileiro. Então, muito respeitosamente, eu, logicamente, entendo que houve um equívoco lá da nossa Procuradoria-Geral do Município, que estava com muito trabalho, terminando todos os projetos que tinha que encaminhar aqui para a Câmara Municipal, Ver. Mendes Ribeiro, e, com certeza, deve ter se equivocado no encaminhamento deste veto. Então eu encaminho pela manutenção do projeto, tendo em vista que é um projeto que vem a ajudar na educação, na cultura do bom motorista. Qualquer implementação dependerá, Ver. Professor Tóvi, da iniciativa do próprio Executivo.

Então encaminho pela manutenção do nosso projeto, respeitosamente à posição da Procuradoria, porque tenho certeza que se equivocou no encaminhamento desse Veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 170/16, com Veto Total.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero aproveitar esse projeto importante do Ver. Cassio Trogildo, que é da base do Governo, que é seu parceiro desde a eleição, vejo que ele pede para derrubar esse Veto. Nós temos um assunto importante. Nós criamos um bloco independente com dez Vereadores. Mas em homenagem a esses Vereadores que são parceiros, Ver. Maroni, Ver. Wambert, que ontem e hoje, gentilmente, escreveu uma carta, quero dizer que todos são importantes no bloco. Mas nesse momento vamos abrir mão dele. Cada um fica com a sua bancada. Nós do PMDB, anteontem, tivemos uma reunião dos cinco Vereadores: Ver.<sup>a</sup> Nádia, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Carús, Ver. Valter Nagelstein e eu, e a nossa bancada vai votar unida. Mas não temos o direito de puxar outros Vereadores. Aproveitando que é uma época de vetos, que é um teste para o Prefeito, nós não queremos constranger ninguém, nós queremos que cada um tenha a sua liberdade. Assim como o Ver. Cassio me convenceu aqui. O Ver. Valter me falou agora que é favorável a esse bolsão para as motos; eu também sou, fui convencido, Ver. Cassio. Então vamos votar favoravelmente.

E, a partir de agora, vou encaminhar por escrito à Presidência, nós estamos desfazendo o bloco para dar liberdade a cada Vereador de votar da maneira que quiser. Porque não adianta ter um bloco e o Vereador chegar na reunião, olhando para o telefone, dizer: “Eu vou votar contra tudo!” Então, para dar essa liberdade, nós vamos formalizar a dissolução do bloco.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 170/16, com Veto Total.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estou aqui acompanhando o raciocínio do Ver. Cassio Trogildo, porque aqui se escuta, frequentemente da tribuna, uma premissa que de tão genérica acaba abafando qualquer tipo de iniciativa ligada ao ir e vir da Cidade. Aqui se escuta seguidamente dizer que sobre trânsito é legislação federal, não cabe ao Município. Parece um dogma – ponto! Então, falou no ir e vir, falou no parar na rua, na calçada ou em qualquer lugar; as pessoas esquecem. Eu encontrei um parecer da CCJ, que fala sobre o art. 24 do Código de Trânsito, que remete aos Municípios, vou ler. (Lê.) “Compete aos órgãos, entidades executivas de trânsito dos municípios no âmbito de sua circunscrição: Inciso I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito das suas atribuições; e o Inciso III – implantar, manter e operar sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.” Estou pegando só alguns. O art. 8º fala da sinalização. É o artigo mais genérico, que diz que tudo que concerne ao interesse local cabe ao Município.

Lá no Código de Trânsito, por exemplo, diz que cabe ao Município a sinalização das vias. Portanto, não é uma lei federal que vai dizer que aqui na Av. Loureiro da Silva a velocidade é 30, 40 ou 50 quilômetros por hora, porque há uma

série de questões locais de características da via de circulação de pedestres, de visibilidade, da presença de escolas e hospitais, enfim, de inúmeras variáveis que determinam a velocidade máxima que se pode passar naquela via. E por isso o Código de Trânsito, que é uma lei federal, remete ao município a análise das questões locais. Aqui, especificamente, estamos falando de uma área de proteção para motociclistas e ciclistas – foi a emenda que fizemos e foi aprovada –, que fica entre a faixa de segurança e aquela faixa de contenção dos veículos automotores. É um espaço importante da Cidade, e ele é instintivo, motociclistas e ciclista já ocupam esse espaço porque instintivamente percebem, e os estudos mostram isso, que ao estar ali naquele espaço visíveis aos motoristas, gera mais proteção, principalmente na arrancada. No caso da moto, ela arranca mais rapidamente e o ciclista arranca mais devagar e geralmente ele é ultrapassado pelos primeiros veículos que estão parados na sinalreira. Então, vejam, já há um instinto de proteção, eu diria até de sobrevivência num trânsito como o nosso, que coloca o ciclista e o motociclista nessa área de proteção que não existe institucionalmente, e este projeto tenta criá-la. Se nós derrubarmos o veto, serão criadas essas áreas de proteção já tão difundidas mundo afora. As bicicletas em geral são chamadas de *bike box*, caixas de proteção ao ciclista que está transitando na via pública. Então, vejam, novamente as razões do veto trazem de forma genérica a ideia de que sobre trânsito não é o Município que legisla. Bom, nós precisamos confrontar esse argumento que é dito, inclusive, por muitos Vereadores... porque o Código de Trânsito estabelece as regras gerais do trânsito, mas as questões locais como sinalização, estrutura... Nós acabamos de derrubar aqui, Professor Tóvi, foi o primeiro veto inclusive derrubado do Prefeito, o que permitiria a retirada de um veículo automotor estacionado para instalação de um bicicletário. Também escutei, também estavam nas razões do veto que se tratava de trânsito e que trânsito é competência federal e, portanto, não cabe ao Município legislar sobre trânsito. Mas, então tudo é trânsito! Saiu da porta para fora é trânsito, Ver. Oliboni. Tudo é trânsito nessa lógica. Então, nós precisamos nos aprofundar um pouco mais; já há decisões judiciais que descem um pouco mais nessa especificidade do que é competência municipal, e o que é competência mais genérica da lei federal. Nós precisamos, sim, derrubar o veto, pelo mérito. Criaremos uma área de proteção a quem está mais vulnerável, no caso, os ciclistas em primeiro lugar; motociclistas, em segundo lugar, aliás, são os que mais morrem no trânsito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 170/16, com Veto Total.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, estamos aqui analisando o Veto do Prefeito. Acho um momento muito oportuno para, ao encaminhar meu voto, fazer um comunicado a todos os colegas da Casa, porque o meu encaminhamento do voto será pela derrubada do Veto. Nesse mesmo momento em

que encaminho o meu voto pela derrubada do Veto, quero comunicar aos colegas a minha entrada oficial na base do Governo. Entendo que política é uma atividade, política é uma relação, política também é um ambiente, uma relação que se dá no espaço público. Há quem pense que política é uma relação de inimizade e de amizade. Aliás, um pensador alemão chamado Carl Schmitt disse que política é decidir quem é o teu inimigo. Eu não entendo, Ver. Idenir Cecchim, e pelo seu gesto elegante agora na tribuna, que a política seja isso. Aliás, a oposição, a divergência não pode ser um fim em si mesmo. Ver. Marcelo Sgarbossa, que tão elegantemente se pronunciou aqui hoje, a discordância não é um fim, mas é um meio para que nós cheguemos ao entendimento, a uma amizade cívica. Como diz Jacques Maritain, Ver. Cecchim, essa amizade cívica que é construída também em cima de uma fé cívica, e tenho convicção, Ver. Robaina, que todos nós comungamos dessa fé cívica, que é uma fé laica, que é uma fé que nos leva a acreditar no bem comum. Então, nessa esteira, acredito que em tudo essa fé cívica nos leva a uma unidade em torno do nosso amor pela Cidade de Porto Alegre e dos nossos eleitores a quem nós representamos. Para discordar, a minha consciência, Ver. Cassio Trogildo, me manda me servir da minha liberdade. Então, por isso que esse momento, para mim, foi feliz, oportuno, em que começo dizendo que estou entrando na base, mas que minha consciência não me permite votar contra o seu projeto e votar pela manutenção do Veto. Vou votar derrubando o Veto, porque acredito no pluralismo de ideias, e minha ida para a base do Governo é movida por essa fé cívica, por esse amor ao bem comum, e pelo que resulta dessa fé cívica, Ver. Oliboni, V. Exa. que é sempre muito elegante nesta tribuna e com os seus colegas. Essa amizade cívica é aquilo que nos move no bem, no amor à Cidade e nesse diálogo constante. Todos sabem da imensa oposição que tivemos na campanha eleitoral, eu e o Prefeito Marchezan, e, não obstante, isso não impediu de mais de 90% dos meus votos serem a favor do Governo. Em nenhum momento eu pedi nada em troca, em nenhum momento eu recebi algo em troca, e na minha ida para a base do Governo absolutamente nada foi negociado, senão essa celebração que fiz ontem com o Prefeito Marchezan, dessa amizade cívica, dessa concórdia política, e dessa fé laica do bem comum. É em nome disso que resolvi sair do armário, e por quê? Mais de 90% dos meus votos são a favor do Governo, mesmo participando de um bloco de independentes, um bloco que muito me orgulho, que existia até poucos minutos atrás. Então, quero comunicar a todos que esta minha participação no Governo Marchezan, na base do Governo Marchezan, é movida pela necessidade que a Cidade tem de pessoas que apoiem esse projeto que foi vitorioso nas eleições, projeto que precisa de respaldo aqui nesta Casa. Quero agradecer ao Ver. Cecchim, a todos os companheiros do PMDB, do PDT, do PR, que, juntos, formaram esse bloco de independentes, que hoje se dissolveu, e dizer, Ver. Cláudio Janta, que na liberdade da minha consciência, o Governo Marchezan terá todo apoio necessário do PROS para aquelas mudanças estruturais que a Cidade precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Professor Wambert. Em votação nominal o PLL nº 170/16, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 30 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Total.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2039/16 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/16**, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui o Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Familiares no Município de Porto Alegre e revoga as Leis nºs 5.675, de 10 de dezembro de 1985, e 10.035, de 8 de agosto de 2006.

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela rejeição do Veto Parcial.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-05-17 (terça-feira).

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Em discussão o PLL nº 210/16, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 210/16, com Veto Parcial.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, já havia feito uma pequena referência quando encaminhei o primeiro Veto sobre este Veto também. Neste eu vou encaminhar pela manutenção do Veto Parcial, por quê? Porque houve um compromisso do Governo, Ver. Idenir Cecchim, que essa pequena parte vetada, que gerava uma obrigação para o Executivo, será regulamentada por decreto. Então, para mim, não atrapalha a iniciativa, é prerrogativa do Executivo, foi combinado, foi-me dito previamente, então, não vejo maiores dificuldades. Então, como fiz anteriormente pela derrubada do Veto, neste eu encaminho pela manutenção do Veto Parcial, porque a iniciativa não vai ficar prejudicada, e, a parte vetada, há o compromisso do Governo de regular através de decreto. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Cassio Trogildo. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 210/16, com Veto Parcial.

**O SR. ADELI SELL:** Da forma que disse o Presidente, autor do projeto, a minha ideia é acompanhar a mesma posição, mas eu não poderia deixar de falar, Ver. Cassio, sobre essa questão, eu acho que limpou um pouco o terreno, porque se formos ver bem a legislação, nela há quatro ou cinco questões que tratam desse tema, mas nada muito claro. E acho que hoje começa uma nova era em Porto Alegre. As pessoas começaram a entender que no passado remoto, as cidades tinham uma preocupação, não somente com a habitação, mas as cidades tinham, em torno da habitação, toda uma preocupação com ajardinamento, com as hortas e com o cultivo em geral. Hoje, cidades modernas trabalham com o cultivo, trabalham com hortas comunitárias, com hortas educativas. Nós chegamos a ter em espaços exíguos hortas verticais. Acho que estamos num bom momento para fazer, a partir da proposição do Ver. Cassio Trogildo, uma grande campanha de horticultura urbana, que é forte em algumas cidades. Ver. Idenir Cecchim, a cidade de Rosário, na Argentina, tem muitas hortas. Ver. Valter Nagelstein, eu e Ver. Airto Ferronato estivemos em Rosário, uma cidade exemplar para nós. Na cidade de Quito, que ainda não conheço, mas quero conhecer, é tremendamente importante a agricultura urbana. Na cidade do México, tem um bairro, que na verdade é uma cidade, chamado Xochimilco, cidade das flores, onde há o cultivo de flores de ponta a ponta, ao lado de um córrego navegável. Em outros lugares também existe essa preocupação. As cidades na Europa, hoje, trabalham tremendamente com essa questão. Por isso estou aproveitando a discussão deste projeto para que possamos fazer uma campanha para utilização de cada canto da nossa Cidade para produção, para uma Cidade limpa, com flores. Inclusive, na gestão do Ver. Carús, depois com o Rafael, acompanhei um espaço, fiz questão de gravar um vídeo mostrando como uma área degradada, na Av. Ignês E. Fagundes, Restinga, tinha mudado totalmente, não havia mais lixo exatamente por fazer uma ação de plantação de flores, ocupando esse espaço devoluto.

Hoje nós discutimos aqui as hortas urbanas. Aqui no Centro tem até um movimento que já usou a Tribuna Popular da Câmara de Vereadores. Nós temos na Lomba do Pinheiro a retomada de uma horta que começou lá atrás, quando eu era Secretário da SMIC; ainda permanece ali na Ilha Grande dos Marinheiros, ou numa das Ilhas, uma horta que começou lá atrás. Pena que algumas acabaram não vingando. Portanto, essa questão da horticultura urbana é tremendamente importante. Aproveito este momento, então, para chamar os colegas Vereadores, o proponente da ação, Ver. Cassio Trogildo, para uma grande campanha em defesa das hortas urbanas na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. Em votação nominal o PLL nº 210/16, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 06 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 288/16 por uma Sessão.

**O SR. ALDACIR OLIBONI:** Nobre Presidente Cassio, estamos aqui com o colega Ver. Robaina, e V. Exa. também está envolvido com o projeto de lei de incentivo aos agentes comunitários. Nós gostaríamos que fosse feito um contato com a Procuradoria para dar um parecer o mais rápido possível – até amanhã –, e que a Reunião Conjunta das Comissões, aprovada hoje na reunião de Líderes, possa ser feita na segunda-feira. Assim, nós estaremos fazendo a nossa parte para agilizar os trabalhos aqui na Câmara para que os agentes comunitários de saúde possam receber esse recurso o mais rápido possível.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Eu só queria ter uma posição sua, se acha que isso é viável, porque, realmente, já estamos com certo atraso.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Nós não estamos com atraso nenhum, porque o projeto chegou hoje.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Então, a Câmara Municipal está rigorosamente em tempo. O projeto chegou e já foi despachado para a Procuradoria. Eu, como estou presidindo a Sessão desde que o processo chegou, não consegui falar com a Procuradoria ainda, mas, assim que encerrar a Sessão, falarei com a Procuradoria e amanhã informou se teremos uma posição para segunda. O que nós aprovamos na reunião de Líderes foi que, assim que tivermos o parecer, correremos duas pautas em sessão extraordinária, faremos reunião conjunta e votaremos, se possível, ainda no mesmo dia.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** O que seria na segunda, no caso?

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Se tivermos o parecer da Procuradoria, sim.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que solicita que a discussão do PLL nº 299/16 seja adiada por uma Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2169/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 219/16,** de autoria do Ver. José Freitas, que institui a Rede de Atenção às Pessoas com Psoríase.

#### **Parecer:**

- da **CCJ.** Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela rejeição do Veto Total.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

#### **Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-05-17 (terça-feira).

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLL nº 219/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 219/16, com Veto Total.

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, público que nos assiste. De imediato, peço aos Pares para derrubarmos este Veto, pela importância deste projeto que foi vetado totalmente. Saliento que, na CCJ, a recomendação do Ver. Márcio Bins Ely é pela derrubada do Veto.

Quero falar rapidamente aqui sobre psoríase e sobre os números alarmantes: são mais de 5 milhões de portadores de psoríase em todo o Brasil. O projeto fala de um programa de apoio ao tratamento de portadores de psoríase. O projeto foi construído por várias mãos, sentamos com a Secretaria de Saúde, sentamos com a Psorisul do Brasil para não correremos o risco de haver veto. Este projeto não fere o ordenamento jurídico municipal. Então, peço aos senhores que nos acompanhem na derrubada deste Veto, pois ele vai ser muito importante para os portadores de psoríase de Porto Alegre, porque é um número muito alto. E depois da derrubada deste Veto, se assim os senhores

entenderem, nós estaremos entrando com emendas para melhorar este projeto. Então, eu peço a colaboração de todos os senhores. Era isso, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 219/16, com Veto Total.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, novamente, Ver. José Freitas, o problema das palavras, o problema do português, o problema do vernáculo, uma atenção sobre alguns termos para, então, buscar um suporte jurídico, institucional, para negar uma proposição, Ver. Paulinho Motorista, importante. Nós não estamos criando uma rede paralela dentro do sistema municipal, dentro da Rede Municipal de Saúde, ou seja, é um movimento, uma articulação profissional e institucional que ajude essas pessoas. Então não há sentido algum para o Veto, é um preciosismo de linguagem que tem uma leitura estreita e que não tem a visão global, para o que o Vereador quis. E tendo lido a Exposição de Motivos e acompanhado o debate, como nós acompanhamos o debate aqui, sabemos que é uma questão importante, não há razão nem técnica, nem jurídica, nem institucional. Não se está criando um programa diferenciado paralelo ao que já existe. Na verdade, é praticamente uma moção chamando a atenção de que tem um problema grave. Isso não pode entrar na vala comum, tem que ser visto de outra maneira. E assim, bom seria, que nós tivéssemos, a cada momento, uma pessoa que tem uma relação com um movimento, uma associação, com grupo de portadores de psoríase ou outro problema de saúde que viesse aqui propor questões nesse sentido. Então, não vejo nenhuma razão para manutenção do Veto. Sou pela derrubada do Veto, louvo o Ver. José Freitas que tem essa preocupação com esta questão extremamente. Queremos estar juntos na divulgação desse movimento. Portanto, nós vamos acompanhar o seu projeto, pela derrubada do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Registramos a presença do Deputado Federal João Derly, nosso ex-Colega desta Casa. Seja muito bem-vindo.

Em votação nominal o PLL nº 219/16. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 28 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Total.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1705/13 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/13**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal, que inclui art. 133-A na Seção I do Capítulo II da Lei Complementar nº 284, de 30 de dezembro de 1999 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, determinando a realização de vistorias periódicas em edificações não residenciais.

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela manutenção do Veto Total.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

**Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-05-17 (terça-feira).

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLCL nº 018/13, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/13, com Veto Total.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente Ver. Cassio; Vereadores e Vereadoras; pessoas que nos assistem nesta Sessão; utilizo a tribuna para falar sobre o Veto Total ao projeto de lei de minha autoria sobre a realização de vistorias periódicas em edificações não residenciais. É importante registrar que todos os pareceres foram favoráveis, ou seja, não justifica o Veto à legalidade do projeto de lei, não existe nenhum óbice jurídico, e as vistorias não residenciais estão alicerçadas em dois segmentos: o estado geral de estruturas, instalações elétricas e hidráulicas, e as condições de prevenção e proteção contra incêndio quanto ao material utilizado na construção, às saídas de emergência, ao sistema de iluminação de emergência, aos mecanismos de controle de fumaça, aos sistemas de detecção automática e de alarme de incêndio, às condições de hidrantes e extintores e às condições de acesso do Corpo de Bombeiros à edificação. Posso afirmar que o objetivo maior deste projeto de lei, de minha autoria, é adotar medidas para a preservação da vida humana. Não é de hoje que isso tem me preocupado. Quando da autoria do projeto, que hoje é lei, que proibia a utilização de fogos de artifício em locais fechados, era a mesma linha: preservação e segurança preventiva. Durante a tramitação, a Procuradoria da Casa, a CCJ, a CEFOR, a CUTHAB, a CEDECONDH e a COSMAM posicionaram-se favoráveis ao projeto que, ao final, acabou aprovado pelo plenário por 17 votos contra 7. Dito isso, eu só posso concluir, nesta tribuna, depois de muito pensar, que o Executivo achou por bem vetá-lo,

porque está falido, não tem condições de liberar projetos, obras novas, então vê este projeto como uma dificuldade financeira que não teria como arcar. Eu quero deixar claro a todos os Vereadores, colegas dessa longa caminhada que faço, que quero liberá-los, quero que cada um aqui dê seu voto consciente, mas entenda que este projeto de lei de minha autoria, desde o início, tem um único objetivo: a preservação de vidas humanas. Votem este projeto de lei como melhor entenderem; eu votarei contra o Veto, a favor do projeto de lei. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/13, com Veto Total.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, certamente não me agrada o fato de subir a esta tribuna para discordar da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, até porque nós temos uma afinidade, uma relação que é anterior e muito maior do que a nossa relação política aqui, do que o fato de sermos colegas. Mas eu sou obrigado, minha querida Vereadora, a tentar ponderar aqui algumas questões fruto da minha experiência nas duas áreas – das três áreas de licenciamento que a Prefeitura tem, em duas eu atuei, a Secretaria de Indústria e Comércio, que dá o alvará, e a Secretaria de Urbanismo, que faz os EVUs e, depois de uma reforma lá na SMOV, faz também as vistorias. O que nós estamos buscando hoje em dia, aqui na Câmara, eu, na minha gestão, é no sentido exatamente oposto do que o seu projeto propõe. Não é que a gente queira retirar responsabilidade do Município e não é que a gente esteja descuidando da vida das pessoas, muito antes pelo contrário. Eu acho que o principal bem a ser tutelado pelo Estado, no direito criminal ou em qualquer outra área, é a vida, portanto, com relação a isso, eu não tenho dúvida. Agora, de bons propósitos, a gente sabe que, infelizmente, como diz o ditado popular, o inferno está cheio – não é o caso, por óbvio. Hoje, nós temos uma burocracia enorme, e tudo o que a gente vem tentando fazer é retirar essa burocracia, inclusive da Frente Parlamentar que nós criamos aqui. Eu tenho certeza de que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal tem essa afinidade ideológica conosco também, porque ela quer desenvolvimento, ela deseja mais empregos, mais desenvolvimento econômico e, a partir daí, inclusive, mais recursos para que se possa fazer o social. Essa tem sido a minha crítica com relação à esquerda, por exemplo, que olha só o social e esquece de onde tem que vir o recurso. O recurso tem que vir da atividade econômica; mas a atividade econômica só se viabiliza em ambientes que tenham menos burocracia, menos regulamentação, mais liberdade e mais responsabilidade, sim, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Então o que nós temos que fazer não é fazer com que o Estado cada vez cresça mais e sufoque mais a atividade privada, que, infelizmente – talvez não seja esse o seu intuito – é o que ele consegue alcançar e sinalizar.

Eu vejo que nós temos que cobrar responsabilidade dos responsáveis técnicos, dos arquitetos, dos engenheiros, daqueles que assinam uma ART. E, no caso de haver um infausto, uma tragédia, um acidente, aí, sim, esse é o problema do Brasil, a

legislação penal não funciona. O Judiciário não está funcionando, não é o Legislativo ou o Executivo. Se alguém vai aos fogos de artifício e comete um crime como o de Santa Maria: cadeira elétrica! Obviamente, dizendo isso estou pintando uma caricatura. Mas ninguém devolve vidas. Então a pessoa tem que ser responsabilizada. No mais, nós temos que criar liberdades. A senhora é ao contrário, cria mais uma instância, mais uma fiscalização que não tem estrutura e a pessoa terá que esperar mais três, quatro, cinco, seis meses para uma vistoria que terá que ser renovada de tanto em tanto tempo. E o empreendedor, que está construindo um prédio, desiste de Porto Alegre, ele não faz aqui; ele prefere fazer em Alvorada, em Canoas, em Campina, em Betim, qualquer lugar fora de Porto Alegre ou do Rio Grande do Sul, porque aqui é extremamente burocrático. Por melhores as intenções, dada a minha experiência, caminho para o lado de retirar essas amarras todas, de dar liberdade. No caso de haver alguma coisa, responsabilizar com toda a força possível aquele que assinou uma RT, por exemplo, que não podia, que assumiu o risco e não devia, afiançou algo que não era certo; esse profissional deve perder a sua licença, a sua carteira profissional. E mais, o Município não ter esse papel...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** ...É dessa forma que eu queria encaminhar. Por isso, temos aqui a Frente Parlamentar do Revogação para identificar todas essas leis que constituem em atrapalhos, em burocracias. Uma das coisas que Porto Alegre hoje demora mais de 375 é só para ter o PPCI dos Bombeiros! Tinha a Lei nº 420 que era muito boa, aí foi o seu Adão Villaverde lá na Assembleia Legislativa e, em cima de uma tragédia, inventou essa Lei Kiss. Em Porto Alegre, nós não precisávamos, nós tínhamos elementos suficientes e bons para fazer isso. Eu fui Secretário da SMIC e interditei 40 e tantas casas noturnas que não tinham condições. A nossa lei era boa! Acho que se criou um monstrengo aí. Acho que temos que caminhar no sentido contrário e, por mais que eu tenha carinho e apreço, sou obrigado a fazer essa advertência, porque eu acho que nesse aspecto, a lei, embora tenha bons propósitos, ela está equivocada. Muito obrigado e espero a sua compreensão.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/13, com Veto Total.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. Valter Nagelstein, não se trata nem de uma questão ideológica. A começar, o projeto mistura questões de competência municipal com questões de competência estadual, Ver.<sup>a</sup> Mônica! Está errado! Nós temos que manter o Veto, porque nós não

podemos desobrigar, como disse o Ver. Valter, aqui, os profissionais das áreas. Quem assina uma ART tem que ser responsável, porque tem, supostamente, o aval do seu Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, ou da CAU. Ou seja, as pessoas têm que botar na cabeça que são responsáveis.

Nos Estados Unidos, Ver. Felipe Camozzato, você abre uma empresa pela Internet, e o contador assume as responsabilidades pelas questões colocadas ali. Aqui em Porto Alegre para registrar uma Mei, tem que entrar no sistema da SMIC, marcar um dia e uma hora, para registrar uma Mei! Que foi um avanço significativo, para tirar da informalidade milhares e milhares de pequenos empreendedores, que, às vezes, começam com um *startup* e pode se tornar num *case* de sucesso no empreendedorismo. Por isso que eu sou partícipe, quero ser cada vez mais partícipe da frente pela desburocratização. Valter e eu discutimos essa semana, numa rede de TV, a questão do chamado revogação. Ou seja, eu fiz aqui um projeto que revogou uma lei que exigia que, para ter um habite-se, tinha que comprovar que pagou o INSS. Mas não tem nada a ver! O INSS é uma questão federal! Que o INSS vá fiscalizar! Não é a SMAM que tinha 6 mil e 500 projetos na mesa, secretário Estilac Xavier, na época! Absurdo total! Nós temos que fazer uma limpa na legislação municipal de Porto Alegre. Nós temos um entulho que impede o desenvolvimento econômico, um entulho autoritário, pois parece que o Estado tem que fiscalizar cada passo que o cidadão vai dar. Nós temos que ter as responsabilidades nas pessoas, nos empreendedores. Nos prédios comerciais têm síndico ou não têm síndico? O síndico também responde civilmente, criminalmente por questões da edificação, está na lei, não é necessário. Nós temos que ajudar esta Cidade a avançar, a caminhar para frente. Às vezes, a gente tem uma boa intenção, o cidadão vem porque está preocupado, uma marquise caiu, mas o síndico do edifício também é responsável - volto a repetir -, civil e criminalmente. O técnico que assinou a ART é responsável, Ver. Paulinho Motorista, civil e criminalmente. Já foi dito aqui que nós temos que cobrar as ações, que acontecem nessas áreas, que circulam com serenidade na Justiça. “Ah, pode acontecer uma tragédia!” Mas é claro que pode acontecer se as pessoas são irresponsáveis; se o empreendedorismo é capenga; se os profissionais não são sérios. Nós precisamos de uma sociedade ágil, séria, competente, desburocratizada, ousada. As coisas não caem do céu, mas no Brasil tudo precisa ter o aval do Governo, tudo precisa pedir amém para a grande mãe brasileira que é o Governo do Município, especialmente. Não, não é assim que funciona. Não deve assim funcionar! Eu vou acompanhar o Veto do Executivo, porque eu acho mais correto. Nos últimos dias apareceram muito vetos aqui, nós derrubamos alguns, como há pouco, porque foi uma leitura fechada, equivocada ao projeto do Ver. Freitas. Agora, acompanho o Veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal o PLCL nº 018/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 10 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0608/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/17**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o § 3º do art. 219 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispendo sobre convocação de suplente.

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Parecer Conjunto:**

- da **CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Luciano Marcantônio: pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- votação nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, II, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o PR nº 001/17 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um Requerimento solicitando a inversão da ordem de priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à votação do PR nº 009/17. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0870/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/17**, de autoria da Mesa Diretora, que inclui inc. XVI no *caput* e § 4º no art. 35, altera os §§ 1º e 5º do art. 96 e revoga os §§ 6º e 7º do art. 96 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispendo sobre a apreciação terminativa de proposições no âmbito das Comissões Permanentes.

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- votação nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, II, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o PR nº 009/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

**VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**1º TURNO**

**PROC. Nº 0869/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/17**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o inc. VI do § 2º do art. 58 e revoga o § 3º do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a apreciação terminativa de proposições no âmbito das Comissões Permanentes.

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, em 1ª Sessão, o PELO nº 003/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Esta presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação para que passemos, imediatamente, à discussão, em 2ª Sessão,

do PR nº 003/17. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## VOTAÇÃO NOMINAL

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

### 2º TURNO

**PROC. Nº 0869/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/17**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o inc. VI do § 2º do art. 58 e revoga o § 3º do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre a apreciação terminativa de proposições no âmbito das Comissões Permanentes.

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão, em 2ª Sessão, o PR nº 003/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a 2ª Sessão de discussão.

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 2452/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 242/15**, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão de gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade ou de periculosidade na Câmara Municipal de Porto Alegre – CMPA – e revoga as Leis nºs 5.404, de 9 de abril de 1984, 5.568, de 2 de maio de 1985, 5.626, de 18 de setembro de 1985, e 5.776, de 21 de julho de 1986, a Resolução nº 1.347, de 2 de julho de 1997, e o art. 12 da Lei nº 11.929, de 6 de outubro de 2015.

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- Com Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 242/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 242/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

**DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0585/12 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/12**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que veda a concessão de autorização para utilização de tabuletas (*outdoors* e similares), placas, painéis e painéis em empena cega no Município de Porto Alegre e revoga os incs. I, II, III e X do art. 10 e os arts. 18, 38, 39, 40, 41 e 43 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do Mobiliário Urbano e Veículos Publicitários no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores.

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Luiz Braz: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto; Relator Ver. Alberto Kopittke: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01.

**Observações:**

- Com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17 por força do art. 81 da LOM.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLL nº 043/12. (Pausa.)

**O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 043/12, por quatro Sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação Requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 1578/13 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/13**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui § 5º no art. 154 da Lei Complementar nº 646, de 22 de julho de 2010, determinando a remoção da estrutura do aeromóvel para a implementação do Corredor Parque do Gasômetro.

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-17 por força do art. 81 da LOM.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLCL nº 015/13. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Srs. Vereadores; caríssimo Ver. Idenir Cecchim, fiquei matutando, lendo, estudando, consultando e não vou acompanhar V. Exa. neste projeto. Vou tentar explicar. O assunto é por demais complexo, apesar de parecer uma coisa simples, simplíssima. Acontece o seguinte: o Município de Porto Alegre, na década de 70, cedeu espaço para a construção aérea para fazer um protótipo do aeromóvel. Hoje ele está em completo desuso, está há muito tempo em desuso. A pergunta que se impõe é a seguinte: é uma necessidade imperiosa retirar esse equipamento neste momento? Além disso, Ver. Cecchim, seria da nossa competência legislar sobre isso? Ou não seria uma discussão que nós deveríamos travar, Ver. Robaina, com o Executivo, com os moradores de Porto Alegre, especialmente do Centro Histórico, com as pessoas da área de transporte e circulação? Por que não discutir a questão do turismo? Por que não utilizar o equipamento existente para mostrar como funciona esse equipamento? Acho que Porto Alegre é uma Cidade que não valoriza os seus valores. Nós temos um aeromóvel em Jacarta; temos este mesmo sistema agora no aeroporto. No aeroporto funciona. No aeroporto funciona! Por que não se debate esta questão, Ferronato?

Eu acho que o mérito, Ver. Cecchim, é que V. Exa. – se me permite, Ver. Cecchim – “cutucou a onça com vara curta”. Algum debate vai ter que acontecer.

Eu, hoje, tenho uma posição firmada, pensada, de não acompanhar o seu projeto, mas que bom que surgiu o debate. Eu acho que, se a minha posição vingar, nós vamos abrir um debate com o Executivo, com o empreendedor que fez isso, com o

Ministério dos Transportes, enfim, vamos poder fazer um debate sobre o futuro desse espaço. É um espaço aéreo ocupado, mas não ocupado efetivamente, porque está hoje parado. Não teríamos que colocar em funcionamento para fazer este pequeno percurso para mostrar um equipamento que, na década de 1970, foi um negócio fantástico? E me parece que, hoje, ainda é fantástico, a não ser que um engenheiro chegue aqui e me prove por A mais B, decantamente, que não funciona.

Assim, meu caro Ver. Cecchim, espero que V. Exa. entenda a minha posição. É um bom debate. Todos nós estaremos ganhando, diferentemente, Ver. Felipe Camozzato, de certos debates que foram feitos, inclusive hoje à tarde aqui, e que faremos na segunda, na quarta e na quinta; não importa se mudou de quarta para quinta, nós estamos fazendo alguns debates inócuos. Este não, porque levantou uma questão real, problemática, e uma solução, mais dia, menos dia, nós acharemos. Neste momento, eu não acompanho Vossa Excelência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meu caro Ver. Adeli, eu acredito que a sua exposição já foi bastante apropriada e muito inteligente. E também, meu querido Ver. Cecchim, lá na década de 1970, eu trabalhava no Ministério da Fazenda e, numa certa oportunidade, um colega nosso de trabalho chegou e disse que Porto Alegre iria ter um trem movido a vento. O cara quase apanhou, foi ridicularizado. Porque todos diziam: “Mas como é que isso aconteceria?” E aconteceu! Então, o nosso aeromóvel é algo genuinamente gaúcho. É nosso.

E lamentavelmente os Poderes Públicos deram nenhuma ou muito pouca atenção a esse nosso equipamento de transporte. Tenho absoluta certeza de que se fossem coisas de outro país, a atenção seria muito maior. O aeromóvel é uma saída, sim. E tem razão o Ver. Adeli Sell: funciona bem onde está implantado. E eu acredito que um olhar turístico também é importante com relação a esse nosso aeromóvel, onde está. E mais: como Diretor-Geral do DEP eu recebia, e ainda hoje se recebe, uma série de sugestões sobre se fazer uma pista em cima do arroio Dilúvio. E a manifestação do Poder Público foi contrária, na maioria das vezes, exatamente em razão de que se cobrisse o arroio, ficariam muito difíceis a manutenção e a limpeza do trecho.

Portanto, também me colocaria contrário a fazer uma pista sobre o arroio Dilúvio, até por questões ambientais. Agora, uma colocação de uma pista de aeromóvel elevada ali talvez fosse bastante interessante, seria um caminho. Quero registrar a minha vontade de que se permaneça com esse equipamento e que se dê uma atenção maior a ele.

Por outro lado, tanto se fala aqui da iniciativa e dos custos, Ver. Felipe Camozzato, quanto custaria para derrubar, para tirar dali do arroio Dilúvio? E se tem custo, a iniciativa seria do Executivo, meu querido Ver. Idenir Cecchim? Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Idenir Cecchim, eu acho que a discussão é importante, mas, para mim, não há nada que expresse de forma mais flagrante a nossa incompetência como sociedade do que esse impasse que existe com relação ao aeromóvel há 25 anos. É evidente que nós precisamos de outros modais que não só o rodoviário. Qualquer cidade do mundo, Lisboa, por exemplo, preservou os seus bondes. Amsterdã tem o tram, que é o bonde. Na Alemanha, Áustria, em todos os lugares preservaram os bondes. A Inglaterra tem o sistema mais antigo de metrô do mundo. A França tem a maior extensão de metrô, em Paris, e nós aqui duas por três estamos discutindo, infelizmente, o preço da passagem de ônibus que, de fato, para quem ganha salário mínimo é muito cara. E tem 1 milhão e 100 mil pessoas andando de ônibus todo o dia, e não tem outros modais. Então, a primeira constatação que eu faço é que é preciso que existam outros modais de transporte coletivo além do ônibus. Aí nós chegamos na questão do aeromóvel. Era uma ideia, mas quem trabalhava a respeito disso, dizia que o sistema era ineficiente, porque ele tinha perdas energéticas. Ele, para transformar a energia elétrica em energia eólica, e a energia eólica em energia cinética, que é o movimento, há perdas em cada um desses processos. Portanto, tornaria-se economicamente inviável. E aí aconteceu que o aeromóvel não se viabilizou. Mas isso, eu pergunto aos senhores Colegas, é suficiente para que a gente não possa tentar usar a criatividade e transformar essa estrutura, por exemplo, num trem elétrico? E não seria necessário, como nas grandes cidades, nas cidades desenvolvidas, não precisa ser rica, fazer uma linha circular no Centro Histórico? E depois da linha circular, um ramal, saindo daqui dessa linha circular, o universitário, por exemplo, indo até a UFRGS, e da UFRGS indo até a PUC? Não precisa ser pela Av. Ipiranga, Ver. Ferronato. Mas não pode ter isso? E fico perguntando, e se nós respondermos que a Cidade precisa de transporte alternativo que não só esse e que um trem suspenso poderia ser uma solução, nós não podemos caminhar para uma Parceira Público-Privada que faça isso? Não existe recurso, banco de desenvolvimento, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na China, no Japão, que possa ser financiado e fazer isso aqui em Porto Alegre? E não existe mercado, pergunto por último, se tem um milhão de pessoas usando ônibus todos os dias? E por que, então, a gente não aproveita essa estrutura que já está pronta e completa o circuito no Centro da Cidade, passando pela rodoviária, passando pela Prefeitura, passando pelo Cais do Porto e chegando aqui no Gasômetro, de novo? “Ah, mas o Poder Público não tem dinheiro!” Faz 25 anos que não faz. Está bem! E por que a gente não faz a manifestação pública de

interesse internacional e vem um privado e faz isso, explora isso? Por que desmanchar o que está aqui? Com todo o respeito, porque sei que as intenções do Ver. Cecchim são as melhores, resolver lá o problema da Zona Norte, onde estivemos nesta semana, sobre os alagamentos. Mas, então, constrói lá e não destrói este aqui. A tentativa de resposta dele é dizer: “Bom, se está há 25 anos aqui, esse estorvo, e os caras não resolvem, isso vai ficar, como de fato é, um monumento à nossa incompetência”. E vai ficar para sempre aí?

Claro que não, mas, então, vamos usar, em vez de destruir, é a proposição que eu tento, construir, Ver. Janta. O Governo criou uma secretaria de parcerias público-privadas. Façam um *roadshow*, como se chama, apresenta para o mundo que tem uma ideia para investir em Porto Alegre. Transporte hidroviário, do qual tenho falado; transporte ferroviário, que esse aqui sobre trilhos! Não é possível aeromóvel, faz trem elétrico, bota para funcionar! Conclua uma linha circular, que volto a dizer, todas as cidades envolvidas do mundo têm, e faz um ramal universitário indo até a UFRGS, indo até a PUC. Ah, mas aí não é transporte de massa! É transporte de massa sim, porque, na estrutura hoje de informática, é possível a cada 15 segundos botar uma composição numa estação, e bota o pessoal para circular, e tem transporte. Há 46 mil ônibus que chegam e saem do Centro, 46 mil viagens todo dia para o Centro da cidade. Isso é CO<sub>2</sub>, isso é poluição. Vamos botar um trem elétrico aqui, então, que não emite poluição. Muito melhor, o sustentável, economicamente viável, sim.

Então, eu quero, simplesmente, trazer para essa discussão, que o Ver. Cecchim nos propõe e que eu acho que é positiva, uma alternativa, a da não destruição e de uma licitação internacional para fins de uma concessão por 25, por 30, por 50 anos, sei lá, o que for necessário, Ver. Janta, e fazer uma linha de aeromóvel, explorada pelo privado, com uma linha circular no Centro e com um ramal universitário. Quem sabe, se o Governo fizer um esforço e botar a sua energia, que está botando em tanta coisa aqui para destruir, para construir isso, para construir o mobiliário urbano também, para construir as coisas positivas – que eu não vi até agora, eu só vi pauta negativa –, eu quero ver construção daqui para frente. Vamos fazer uma linha circular. Quem sabe a gente consiga e comece a entregar para a Cidade aquilo que as pessoas precisam e esperam de nós. Que sejam soluções para a cidadania, solução para quem está apertado num ônibus todo dia, solução para quem acha que está pagando caro a passagem, e que haja alternativas que não seja só o transporte rodoviário. Então, fica essa alternativa e fica esta sugestão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, isto é uma discussão de 35 anos! Passaram todos os prefeitos, todos os secretários de planejamento, inclusive o Ver. Valter foi Secretário de Planejamento.

Esse seu discurso deveria ter sido feito lá naquela época, Ver. Valter. É, não veio a público, não veio a tal da convocação ou declaração de interesse. Seu discurso é muito bonito, eu aplaudo, para o futuro, é muito bonito, mas não foi feito em 35 anos. Eu recebi os construtores desta Coester, aqui, no gabinete e eu não vi interesse nenhum, por quê? Porque eles tiveram que modificar esta tecnologia que está aqui, para fazer no aeroporto. Está no aeroporto, mas só que completamente mudada, e, a cada três dias, tem que parar o trem para arrumar. Nenhum lugar do mundo aceitou esse tipo. E para fazer trem elétrico, Ver. Valter, nós conhecemos o mundo. Eu vi o senhor dando exemplo de bonde e tal, mas tem lugares que tem o VLT, que é muito mais moderno, mais barato, mais fácil e que pode circular no canteiro central. É muito mais barato do que tirar o trem, do que fazer esta de botar... Ninguém quer fazer isso. Ou o senhor não sabe que o Muro da Mauá foi feito para esses trens circularem em cima do muro? Foi feito para isso, mas não foi feito. E o Muro da Mauá está há muitos anos aí. Até alto demais, mas eu fui me informar por que, e eles disseram que foi feito alto justamente para fazer o trem passar em cima. Sabem quantos anos faz que existe o Muro da Mauá? Cinquenta anos! Este é um discurso de 50 anos atrás! Eu estou feliz, porque eu consegui arrancar de muitas pessoas aqui... Parabéns, Ver. Adeli, o senhor viu o que nós queríamos: discussão. A discussão, mas de projetos factíveis e não de sonhos, não de utopias, não de discursos, não de gravar filme para distribuir. Isto aqui é uma coisa séria! Se é uma coisa séria, nós temos que fazer um trabalho, isto aqui foi feito para discutir mesmo, e nós temos que fazer aquilo que dá. Tem que fazer aquilo que dá! Não é fazer só o discurso. O discurso é bonito, Ver. Valter, mas eu quero fazer uma coisa que ajude a Cidade, e assim nós não vamos ajudar. Não vamos ajudar. Nós temos que fazer alguma coisa mais pé no chão. Licitação internacional? Os caras não vêm! O Coester tentou há 30 anos e não conseguiu ninguém. Só se fez uma linha dessas na Malásia, para atravessar um rio, numa exposição que tem lá, e agora parou lá também aquele trem. Não é esse tipo de modal. Nós queremos mais modais, mas esse aí não dá, esse já era, já foi, é um estorvo, é um trambolho que está aí a enfear a Cidade e está dizendo: “você são incompetentes”. O que é verdade, são incompetentes e querem manter a incompetência. Nós não vamos mais fazer isso. Pode não ser aprovado, mas o projeto tem motivo: tira daqui e faz o dique do arroio Sarandi. Eu dei apenas um exemplo, podia ter uma emenda que dissesse que não seria o arroio Sarandi, seria um jardim suspenso ou alguma outra coisa. Eu tive a ideia de fazer lá no arroio Sarandi – tira daqui e bota lá. E aqui, se for fazer alguma coisa moderna para circular no Centro, que se faça como o mundo moderno faz: VLT – Veículo Leve sobre Trilhos. Isso é uma coisa moderna, já que tiramos os bondes, vamos fazer uma coisa moderna, barata e que é boa, que serve para todo mundo, para não andar a pé.

Então, é isso, é uma ideia, não é a melhor delas, mas é uma indignação com uma coisa que não deu certo, com um trambolho no meio da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Vereadoras e Vereadores, Cecchim, tu falaste que não é a melhor das ideias, mas eu, pessoalmente, quero dizer que estão entre, talvez, as três melhores ideias que eu escutei dentro desta Câmara de Vereadores. Sabe por que, Cecchim? Por essa tu ideia. Tu és um empresário, inclusive talvez eu te diga, por antecipação, que eu vou te chamar quando eu for construir, quando eu tiver dinheiro para construir uma casa, pela ideia que tu tiveste, sabe por quê? Porque me remete à minha infância. Quando eu era criança já se discutia o quão vergonhoso era isso aqui parado, foi motivo de campanha de diversos prefeitos, de demagogia, de um acusando o outro. Inclusive para ganhar dizendo que ia ser retirado isso aqui, porque isso aqui é a prova maior de que a política não funciona para nada! Essa tua ideia é barata, é prática e tem uma função. Eu, pessoalmente, nunca apresentei um projeto tão criativo e tão inteligente quanto o teu. Tenho certeza de que, se a maioria fosse honesta, reconheceria isso também. Eu não estou aqui para fazer puxa-saquismo ou não; mas a questão dessa obra aqui – eu falava com o Lopes agora há pouco – é uma vergonha, não tem o que falar. Eu lembro de nós falando disso no colégio.

Hoje, eu passava na Av. Protásio Alves, que estava trancada porque estavam reformando o asfalto ali. Eu quero dizer para vocês que eu fiquei trancado, mas fiquei contente por estar em obra, por ver a coisa funcionando. Pelo amor de Deus! Em uma semana, se resolveria isso, se resolveria um problema. Uma vergonha! É uma coisa que não tem nada de obra artística, nenhuma função no Centro da Cidade! Qualquer pessoa que entra aqui para visitar o Gasômetro tem que ver algo, a ineficácia do que foi governo após governo, e todos utilizam aquilo ali para acusar a ineficiência da política. Chega em véspera de eleição, eu duvido que um governante chegue e defenda ou diga que vai manter aquilo ali. Não tem função turística, não tem função nenhuma, virou meramente a casa de alguns habitantes que não têm condições de morar, de uma meia dúzia, porque nem para morar ali embaixo dá, porque pega chuva. Inclusive eu salvei um cachorro ali. E o Ver. Cecchim ainda conseguiu construir uma alternativa eficiente, objetivamente. Eu quero ver quem vai ter coragem de votar contra.

Por final, eu quero aproveitar para agradecer não só ao Ver. Cecchim, mas também ao Ver. Carús, ao Ver. Mendes, à Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e ao Ver. Valter a integridade de terem vindo aqui e desfeito o bloco, de uma forma íntegra, honesta, não querendo aparecer. Vocês eram maioria no bloco. Eu, pessoalmente, só tenho a agradecer por vocês terem me acolhido no bloco. Vocês acolheram muitos renegados de outros times que estavam a fim de discutir de forma honesta, independente e íntegra, e mantiveram o bloco na política. O PMDB poderia ser uma fraude, estar negociando por fora isso ou aquilo, e cumpriu um papel oportunista utilizando mais cinco Vereadores, porque vocês eram hegemonia. Talvez sejam um bloco hegemônico de opinião não só entre nós, mas da Câmara Municipal por ter eleito bastantes Vereadores, e quase ganharam a Prefeitura, ficando na segunda posição. Quero dar o meu agradecimento por terem, naquele dia, me convidado para o bloco e por não manterem um bloco fajuto,

que não funciona, e por terem respeitado a liberdade individual. Talvez outros mantivessem esse bloco por aparência. Agradeço essa simplicidade e essa humildade por terem me acolhido, ao PDT, ao PROS e terem mantido o bloco. Com certeza teremos muito o quê votar. Agradeço publicamente ao PMDB ter me acolhido com carinho na política.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Apregoo ofício dirigido ao Presidente da Câmara de Vereadores. (Lê.): “As Lideranças Partidárias que subscrevem vêm comunicar o desfazimento do Bloco Partidário composto pelas Bancadas do PDT, PMDB, PR e PROS, no âmbito deste Legislativo. Porto Alegre, 4 de maio de 2017. Assinam: Ver. Márcio Bins Ely, Líder do PDT; Ver. Idenir Cecchim, Líder do PMDB; Ver. Rodrigo Maroni, Líder do PR; e Ver. Professor Wambert, Líder do PROS.”

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores, Vereadoras, eu gostaria de participar dessa discussão a respeito das estruturas físicas do aeromóvel, porque desde pequeno passo nessa região e as vejo. Realmente, Ver. Cecchim, concordo quando o senhor comenta a demonstração pública da nossa grande incompetência, e falo nossa, das gestões que passaram pela Prefeitura e que não deram um destino mais adequado a essas estruturas. De certa forma, a presença delas é também um monumento que demonstra um dos grandes poderes que existem nesta Cidade, que é o controle, por parte do transporte público municipal, feito há muitas décadas pelas empresas e consórcios aqui instalados. Esse poder econômico inviabiliza outros modais de transporte, e isso fica bastante evidente pela inoperância dessa e de tantas outras propostas que foram feitas para tentar qualificar o transporte e a livre circulação, dentro do nosso Município. Eu me lembro da campanha – se não me engano, primeira ou segunda campanha – do José Fogaça à Prefeitura, ele lançou a ideia dos portais da Cidade. À época achei interessante a proposta. Por que não teve continuidade? Por quê? Por que não reduzir a quantidade de ingressos de veículos de grande porte, como os ônibus, na área central da nossa Cidade? Esse tipo de discussão, muitas vezes se perde, muitas vezes não é feita, mas nós temos aqui um forte poder econômico que exerce a sua influência sobre o transporte, sobre a circulação dessa Cidade. Inclusive são esses consórcios, esses empresários que estipulam a planilha tarifária, que informam os seus preços, e isso, historicamente, era acolhido pela prefeitura, para aumentos da nossa tarifa. O que é lamentável!

Nós não temos transportes hidroviário, que há décadas temos lei aprovada, de autoria do Deputado Estadual Pedro Ruas, que permite, amplia as nossas opções viárias para o transporte hidroviário, como linha de circulação de pessoas. Mas isso nunca foi viabilizado! Nenhum governo decidiu dar opções à nossa população.

O veículo leve sobre trilhos, instalado e operando no aeroporto, é uma boa iniciativa. Mas por que não uma extensão? Por que não a implantação? O Trensurb

requer uma grande estruturação em termos de engenharia, mas um veículo leve sobre trilhos é mais simples. O próprio aeromóvel, se fosse levado a cabo, acredito eu, nós não teríamos metade dos problemas de circulação na nossa Cidade. Mas, infelizmente, esta Cidade tem dono, tem donos, e não os senhores e as senhoras, trabalhadores, que utilizam o transporte público do ônibus para se deslocarem até o seu trabalho; não é o estudante que pega o ônibus para ir à escola ou universidade; não, são justamente aqueles que historicamente operam as empresas, operam as linhas de transporte. E é por isso que esse debate não é feito! Eu sou contrário ao seu projeto, Ver. Idenir Cecchim, com muito respeito, porque eu acredito que essa estrutura pode ser usada de forma mais inteligente. Existem parques suspensos como o High Line Park, em Nova Iorque, que é uma estrutura suspensa, um atrativo para a população, e que agora está sendo reestruturada. A orla, o entorno do Gasômetro poderia qualificar a região e atrair pessoas para um outro espaço, oferecer mais espaços, estruturas e High Line.

Então, temos aí uma estrutura de décadas, bem feita porque não está deteriorada e que poderia ser utilizada nos moldes de outras implantações mundo a fora, trazendo inclusive a população para o convívio nos espaços públicos. Infelizmente nossa Cidade vem, historicamente, ampliando os espaços restritos de circulação e convivência; acredito que nós somos a Capital que tem a maior quantidade de *shopping centers* do País e isso restringe a circulação. De certa forma, quanto menos pessoas ocupando as ruas, maior é o crescimento da criminalidade. Nós precisamos trazer a população para o convívio, para trocar ideias, para tomar um chimarrão a céu aberto e não encarcerar o nosso povo cada vez mais. Então, eu sou favorável à manutenção da estrutura e à qualificação dela para o uso da nossa população. Um grande abraço e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aqui me somar ao autor, Líder da nossa bancada, Ver. Idenir Cecchim, porque nós temos a oportunidade, aprovando esse projeto, de confirmar a qualificação parcial que já existe nesta região do entorno do Gasômetro. Nós temos um processo de revitalização do trecho 1 da orla, iniciado na gestão do então Prefeito Fortunati, do Vice-Prefeito Sebastião Melo, que já está com 78% das obras concluídas, e é uma obra que inclusive foi mantida pelo atual Governo o seu curso normal. Nós temos também, um pouco antes aqui, próximo do Monumento dos Açorianos, toda uma obra de restauro que foi feita e uma segunda etapa dessa obra que também está recuperando aquele espaço, já recuperou a Ponte de Pedra também, a parte artística. E a proposta original, que não foi mencionada aqui e tem um significado relevante, é que o projeto propõe a remoção daquela estrutura do aeromóvel ao mesmo tempo também que propõe a instituição de um corredor no Parque do Gasômetro. Então, a rigor, além de

garantir que essa estrutura seja removida e que o material resultante dessa remoção seja reaproveitado para resolver um problema social sério da zona norte da Cidade, porque nós, Vereadores, aqui, e a população sabe muito bem que o dique frágil do arroio Feijó e as obras do arroio Sarandi, que estão interrompidas, são as principais causas dos alagamentos que, no mínimo de chuva mais aguda na Cidade, atingem milhares de famílias daquela região. Então, além de beneficiar essas famílias, obviamente com acompanhamento do Poder Público, nós também vamos substituir estruturas que há mais de 30 anos não têm nenhuma destinação urbanística, nem de transporte, nem de nada, nem em favor do turismo, por árvores, por incentivo ao desenvolvimento sustentável, por incentivo à convivência dos moradores e frequentadores do Centro Histórico. Um exemplo lindo ali é muito bem-sucedido e vai ser ainda mais bem-sucedido com a conclusão das obras de revitalização da orla, que é a Praça Júlio Mesquita, que foi entregue no final do ano passado e hoje, sem dúvida nenhuma, é um dos espaços públicos na região central da Cidade com a ocupação mais qualificada de pessoas, porque tem boa iluminação, bom mobiliário, bom estado de conservação.

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Vereador Carús, quero cumprimentá-lo porque o senhor lembrou um assunto importante, o dique do arroio Feijó. Não sei se V. Exa. está sabendo que ele está sendo invadido por moradores, já tem lá vários barracos, inclusive estão rebaixando o dique para aumentar o seu terreno para construir mais casas. Uma invasão perigosa numa área de risco. Quero cumprimentá-lo por ter trazido este assunto e me fez lembrar dessa invasão ilegal.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Obrigado, importante referência. Mais um problema que temos lá, cidadão que invadem e potencializam esse problema. Então, quero aqui me somar à proposta do Ver. Cecchim, é um projeto meritório não só pelo debate que está suscitando, mas é um projeto que valoriza a recuperação urbanística da Cidade. Quando se fala em mais segurança pública, em mais convivência entre as pessoas, quando se fala em mais condições de integração entre a sociedade, temos que considerar os espaços públicos, e ali, meu amigos, essa estrutura que, há mais de 30 anos, está sem nenhuma destinação – quando no passado se pensou num aeromóvel –, hoje é um dormitório público, vários moradores de rua estão ali, muitos até delinquentes praticando delitos à luz do dia, e também é cenário permanente de pichações de toda sorte, que merecem punição e mais fiscalização do Poder Público Municipal.

Por fim, fazendo referência ao que disse o Ver. Maroni e também o Ver. Cecchim, nós formamos um bloco independente, chamado Todos por Porto Alegre, e criamos a expectativa de que esse bloco praticasse independência de verdade. Mas entendemos que a independência suplanta, muitas vezes, só os interesses partidários, e a opção política, pela dissolução anunciada aqui pelo Ver. Cecchim, é a melhor neste momento, porque poderemos diferenciar se a independência se aplica só no discurso ou na prática. Isso não só a partir dos votos que serão dados pelos Vereadores aqui nesta Casa em relação aos projetos do Poder Executivo, mas também na relação *lato sensu* da

Câmara com o Governo. Então, reforço aqui, corroboro a posição de dissolução do bloco, porque tenho certeza que a nossa Bancada do PMDB pratica, faz independência e tenho absoluta certeza de que esta posição de estarmos favoráveis no que é bom para a Cidade e contrários àquilo que discordamos é o que nos dá autoridade de sonhar e trabalhar por uma Cidade com mais qualidade de vida para todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Boa tarde, colegas Vereadores. Inicialmente, gostaria de parabenizar o Ver. Idenir Cecchim por levantar este debate muito oportuno, um tema bastante interessante para debater aqui na Casa, e acho que tanto o Ver. Cecchim trouxe pontos importantes como achei também bastante interessante a fala do Ver. Valter, quando falou sobre Parcerias Público-Privadas – PPPs, para administrar esse problema.

Apesar de achar a PPP algo interessante, como o Valter bem colocou, eu sou um pouco antipático à ideia de direcionar um projeto específico e que a Câmara o debata, como é o caso do próprio projeto que o Ver. Cecchim está aqui propondo. Isso porque, num primeiro momento, é um projeto que exige gastos do Município; no final das contas, é dinheiro do pagador de impostos que está sendo direcionado para isso, e, num segundo momento, eu acredito que aqui no Parlamento, apesar de termos muitas ideias, de recebermos muitas pessoas e de termos muita gente que pode nos sugerir pautas, nós não temos como prever todos os possíveis bons projetos que podem surgir, uma vez que tu dá liberdade para que a sociedade, para que os agentes privados, como um todo, interajam com a nossa Cidade e proponham soluções. Então, em vez de direcionar um projeto específico ou usar o dinheiro dos pagadores de impostos para remover esse que é um dos problemas da nossa Cidade atualmente, por que não abrir essa questão para que empresas e associações possam apresentar projetos com proposições de solução para aquilo e que podem ser dos mais variados e que é muito difícil que a gente preveja quais viriam. Pode ser o High Line – achei muito interessante o que o Professor Alex citou aqui –, que é um parque aéreo que era uma linha de trem em Nova Iorque. Acho até interessante, me permitam a brincadeira, mas o PSOL está se modernizando, se inspirando em Manhattan, em Nova Iorque, na Big Apple... Espetacular, um baita projeto e muito oportuna essa ideia que o Professor Alex trouxe. Mas não só o High Line, aquilo pode virar uma pista de corrida, um trem circular, uma série de coisas, mas, num primeiro momento, o que eu acho mais importante é que se dê liberdade para que diferentes agentes da sociedade possam apresentar projetos, e aí, sim, a Cidade possa conhecer diferentes alternativas. Mais importante ainda que diferentes projetos é que esses agentes se responsabilizem financeiramente pela execução desse empreendimento, para retirada, aproveitamento, reforma, ampliação; enfim, que isso não seja uso do dinheiro dos pagadores de impostos para melhoria da

nossa Cidade, mas que a gente oportunize que a sociedade se engaje e apresente os projetos que melhorem a nossa Cidade, tem um potencial turístico riquíssimo ali, mas que tire do seu bolso também para investir nessa estrutura que hoje está parada e subaproveitada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Ver. Cecchim, quanto à sua proposta, o senhor mesmo, da tribuna, disse que o objetivo era a discussão, porque a Procuradoria... E eu aqui não estou louvando a Procuradoria, sou um crítico das posições, porque, mais do que nunca, nós vamos aprendendo que o direito não é uma ciência exata, ou é uma ciência exata, como já se disse, e você tira dele exatamente o que você quiser, dependendo da interpretação. É um projeto que determina ao Executivo a remoção da estrutura do aeromóvel. Seria muito claro aqui, se fosse se apegar a um argumento formal, que está criando, sim, gastos para o Executivo, porque, para retirar todo aquele concreto que está ali, não é sem custo. Mas eu acho que esta Câmara não precisa ficar agarrada aos argumentos formais, o importante é que os Vereadores se posicionem no mérito da questão. E o mérito aqui é o fato de que, sim, temos uma estrutura parada há décadas. Nós tivemos aqui a Frente Parlamentar para Melhoria do Trânsito, sobre a mobilidade urbana, aqui na Câmara, o mentor do aeromóvel, Sr. Oskar Coester, esteve na nossa audiência. Como o Ver. Adeli disse, funciona até o aeroporto, Canoas também está implementado, quer dizer, fica a dica, eu acho que aquela estrutura estar ali é dizer: “Dá para pensar mobilidade de outra forma”. Ver. Bosco, faz 35 anos, mas isso não quer dizer... Aliás, hoje o moderno são os VLTs, trilhos novamente, isso é o moderno. Que pena que, há décadas, a onda modernista e progressista dizia: “Agora é pneu, tirem os trilhos” – estavam equivocados. Então essa sedução ao novo sem conhecimento e sem pensar melhor realmente no que é bom acaba criando um lugar pior do que deveria ser. Eu quero fazer uma sugestão, o Ver. Camozzato acabou de uma certa forma. Eu também acho que não cabe a nós ter um lugar histórico da Cidade... Eu tinha me inscrito aqui apenas para fazer isso, entendi que o Ver. Felipe Camozzato acabou sugerindo dessa forma, falou primeiro em empresas; eu falaria na cidadania. Abrir um processo de discussão para que a cidadania e também empresas, não estou excluindo, não vamos cair na ideologização, como por exemplo, o fato de o Ver. Prof. Alex Fraga ter falado da High Line de Nova Iorque, então, já é contrário aos princípios do PSOL ou do PT. Não é isso. Foi o que eu entendi, essa ideia de puxar sempre Venezuela, Cuba... O fato é que nós precisamos de uma apropriação da cidadania para pensar um projeto para esse espaço, que pode inclusive resultar na demolição, na retirada total, e não fazer como fizemos na orla do Guaíba, Ver. João Bosco Vaz, em que se delegou ao Jaime Lerner, por notório saber, o projeto da orla. No ano 2000, dizer que uma pessoa tem notório saber é desrespeitar o mínimo da inteligência humana. O sujeito pode ter obras

realizadas, mas faltava uma apropriação da cidadania porto-alegrense, e não um projeto empacotado, pronto, questionável. Houve uma audiência pública em que ele foi questionado e não apresentou o projeto. O Instituto dos Arquitetos do Brasil pediu para ver o projeto, sugeriu concurso público para que a Cidade pudesse se apropriar e dizer do que gostaria. É o que pode ser feito agora. O Prefeito Marchezan Júnior pode fazer agora: abre um período, recebe projetos, cria uma comissão organizadora, plural, ampla, e vamos pensar juntos o que fazer com essa estrutura. Eu nem estou aqui dizendo que no final não se fará nada. Então, é um convite à abertura para participação popular. O projeto do Ver. Idenir Cecchim dá esse pontapé inicial. Daqui para frente a Cidade tomando conta dos seus espaços, sugerindo o que é melhor para ela mesma. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

**O SR. ADELI SELL:** Sr. Presidente, finalmente um bom debate, finalmente esta Câmara de Vereadores discute coisas da Cidade, mas é preciso resgatar um pouco a história do aeromóvel em Porto Alegre, quem fez a provocação para Oskar Coester chegar ao aeromóvel. Rubem Berta, as senhoras e os senhores sabem que hoje é um bairro importante da Cidade, mas era o chefe da Varig. Ele se perguntava: “Como é que eu posso transportar pessoas de forma dinâmica, fácil, para não ter problemas de um aeroporto até o centro de uma cidade”? Ele não viu, mas nós estamos vendo que no aeroporto tem um aeromóvel.

Vereador José Freitas, em Jacarta são 3,5 Km; no aeroporto é 1 km. Em Jacarta, é comercial, funciona. Tecnologia, ela muda, evolui. Então, nós temos que debater de fato o que nós queremos. Eu sou da opinião que temos que discutir um projeto turístico para a orla do Guaíba. Nós estamos fazendo uma revitalização, que está demorando, mas que vai ser concluída. Houve muitos debates aqui, inclusive, sobre a revitalização. Inclusive, houve um pega aqui dentro da Câmara que foi ridículo, a respeito do Lerner. Posso discordar politicamente do Lerner, mas ele tem um livro sobre questões urbanísticas que eu respeito tremendamente. Ele é um sujeito que, política e ideologicamente, eu tenho distância. No entanto, entre o Lerner e Oscar Niemeyer, vocês podem achar loucura total, estou com Lerner. Oscar Niemeyer ajudou a fazer aquela desgraça de Brasília, que ninguém tem coragem de discutir. O Niemeyer fez bobagem em Brasília, fez uma cidade que não é para as pessoas, é para o automóvel.

Tem um livro chamado “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, do Marshall Berman, ele escolhamba com alguns projetos do Niemeyer. O Niemeyer é bom para fazer prédios, ele faz coisas maravilhosas. Agora, Brasília, me desculpa, não é assim.

**O Sr. Professor Wambert:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu só quero comentar a sua lucidez, é uma das poucas pessoas que eu vejo fazer esse comentário sobre Brasília. Quando eu fui candidato a prefeito e me perguntavam: “Qual a cidade que não foi feita para as pessoas?” Eu dava exatamente o exemplo de Brasília. Brasília foi feita, eu nem diria só para automóveis, ela foi feita para o Estado. É uma cidade que não é construída para as pessoas, o fim dela não é a vida das pessoas, mas o serviço do Estado. Concordo plenamente com o amigo. Parabéns pela lucidez e pela coragem!

**O SR. ADELI SELL:** Eu farei mais provocações, aguarde só. Obrigado, Ver. Wambert.

O Jorge Francisconi, que muitos aqui conhecem, foi um elemento importante nesse processo, mas tiveram dois ministros; um parece-me que é gaúcho, chamado Cloraldino Severo, que substituiu o Eliseu Resende. O Cloraldino Severo trancou o aeromóvel. Ele fez o Tresurb, mas temos que perguntar o seguinte: por que em alguns lugares não foi feito de forma subterrânea, sem custo nenhum, porque era praticamente igual aos lugares por onde ele passa, mas ele acabou com Canoas, porque dividiu a Cidade. Nós temos que discutir Jorge Francisconi, Cloraldino Severo, Eliseu Resende, pesquisar as pessoas que tiveram nesse processo, ver quem está vivo, quem não está vivo, quem está disponível. Eu ainda não consegui fazer uma pesquisa rápida sobre esse assunto, sobre essas pessoas, mas vou discutir, acompanho esse negócio há bastante tempo. O Alex foi claríssimo aqui também com outra questão, Ver. Oliboni, que me cede este tempo, vou dizer o seguinte: as empresas de ônibus não querem aeromóvel, não querem VLT, não querem bicicleta, não querem nada! Querem só recursos para si. Não querem Catamarã, querem povo em sardinha enlatada. Se existe um setor empresarial atrasado, retrógrado, que tem discurso liberal quando interessa, mas mama nas tetas do Governo como ninguém, é o setor de transporte de coletivo de passageiros de Porto Alegre. Não tem meu respeito, eu quero ver esse sistema mudar radicalmente. Nós queremos uma cidade moderna, queremos verdadeiros liberais. Eu gosto de discutir com os novos liberais que chegaram na Câmara, porque os antigos me desculpem, eles fazem um discurso aqui mas, na hora do bem bom, defendem a ATP para continuar mamando nas tetas do Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 015/13.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu nem viria à tribuna, mas o Vereador e meu amigo Adeli Sell me estimulou a vir aqui, e eu não vou defender empresário de ônibus. Agora, se o transporte coletivo está na situação que está, o senhor sabe o que eu vou dizer: foi a intervenção que o PT fez, mal feita, e que custou só para a Prefeitura de Porto Alegre

uma condenação na Justiça, na época, de R\$ 300 milhões, que os empresários nunca executaram. O Fogaça começou a pagar. O senhor sabe disso. Eu só estou colocando isso para não misturar muito as coisas, porque vem o Ver. Marcelo, que também é meu amigo, falar da orla. Pode falar. Agora, dizer que o Jaime Lerner não tem notório saber... Pelo amor de Deus!

Aí, os empresários querem empreender, e: “Ah, o porto ali não pode usar, porque não pode tirar as pombas de lá”. Mas as pombas estão lá transmitindo 50 espécies de doenças! Aí o pessoal é contra! Qualquer cidade a que se vá tem um porto em condições. Aqui, além de não funcionar o porto, as pessoas são contra – não à obra, são contra os empresários que vão ganhar dinheiro. Eu nunca vi disso! A orla agora vai ficar linda, bonita, que nem tem no Rio de Janeiro. O Ver. Marcelo vai poder andar de bicicleta, não vai ser assaltado. Vai ter quiosque, não vai ter essa sujeira que tem lá, que são os isopores com maionese, com salada... então as pessoas não são contra; elas são contra a que os empresários ganhem dinheiro! Mas se o empresário não ganhar dinheiro, não tem emprego; se o empresário não ganhar dinheiro, não têm impostos. Tem uma série de coisas que nós podemos analisar.

Quanto a este projeto do Ver. Cecchim, nós estamos aqui enxugando gelo. Todo mundo está propondo uma comissão para estudar, mas vem cá, faz 35 anos que está aquele negócio ali! Eu concordo com que deveria ter uma linha aqui. Se funciona em Jacarta, funciona aqui! É óbvio! Agora, qual é o empresário que quer investir num projeto a respeito do qual se criou um terrorismo dizendo que não funciona por causa dos freios? É o argumento. Aquilo ali como está hoje, me desculpem, eu vou dizer: é um monumento à incompetência. E vou confessar aqui que eu, no ano passado, propus para o Prefeito Fortunati fazer esse projeto e demolir. E o Prefeito disse: “Não, quem sabe a gente transforma lá em floreiras, em canteiros, que fica bonito, coisa e tal.” E eu tirei o meu time. Agora, nas condições em que está ali, se tivesse um grupo que quisesse realmente investir a partir dali, obviamente... E eu sou favorável a isso, é um meio de transporte eficiente. Se funciona lá fora, por que não vai funcionar aqui? Criou-se isso, Ver. Prof. Alex Fraga, dizendo que não pode ser transporte de massa porque o sistema de freios não funciona. E aí se criou no imaginário das pessoas que realmente não funciona por causa disso. E aí ninguém quer investir e ninguém vai investir. Tanto é que já se passaram 35 anos e não se criou nenhuma comissão, não apareceu ninguém, nem de fora, para vir aqui e investir. Por exemplo, aquela linha ali no aeroporto é uma bela iniciativa; mas a gente passa ali e tem pouca gente. É como as ciclofaixas em Porto Alegre, há muitas ciclovias, mas faltam bicicletas para andar ali; o povo prefere andar na calçada. Aliás, eu vou fazer aqui um projeto proibindo andar de bicicleta na calçada, só empurrando a bicicleta.

Para concluir, quero dizer que também sou favorável, que deveria haver uma linha para mobilidade urbana, limpa, mas ninguém quer investir. Por quê? Porque se criou essa história dos freios. É verdade ou não é? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o PLCL nº 015/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 17 votos **SIM**, 11 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

**O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento):** Solicito renovação de votação, já que houve só dois votos de diferença.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h41min.)

\* \* \* \* \*